

CONVERGÊNCIA DAS ESQUERDAS E QUALIDADE DA DEMOCRACIA

ANDRÉ FREIRE | POLITÓLOGO, PROFESSOR DO ISCTE E INVESTIGADOR DO CIES-ISCTE

INTRODUÇÃO

Particpei no painel de economia do “fórum democracia e serviços públicos”, organizado por várias forças de esquerda, nomeadamente por dirigentes da corrente “Opinião Socialista” do PS e por dirigentes do BE, entre outras. Particpei porque, primeiro, a incomunicabilidade das esquerdas em Portugal é um dado histórico que, no contexto da Europa após 1989, constitui uma situação relativamente excepcional.³ Segundo, porque, na minha perspectiva, essa incomunicabilidade é, pelo menos parcialmente, responsável pela reduzida diferenciação ideológica entre o PS e o PSD. Terceiro, porque a correcção desta relativa indiferenciação ideológica poderia passar, em boa medida, pela superação da incomunicabilidade entre as esquerdas. Neste artigo pretendo explicar tudo isto, designadamente apresentando evidência empírica. Portanto, irei falar sobretudo de política, deixando a economia política para os meus colegas economistas do referido painel.

Antes de prosseguir, porém, refira-se o seguinte. Este foi originalmente preparado para sair em livro muito antes das eleições europeias de 2009. Todavia, por motivos que desconheço inteiramente, tal projecto editorial ficou “congelado” até que agora, em inícios de Fevereiro de 2010, o meu amigo e colega, Professor Doutor João Teixeira Lopes, me pede permissão para publicar o texto na revista em linha “Vírus”. Faça-o com todo o gosto, e aproveite para agradecer o convite ao João. Contudo, pareceu-me crucial actualizar minimamente o texto, nome-

adamente tendo em conta as três eleições que ocorreram desde então (europeias, legislativas e autárquicas, respectivamente em Junho, Setembro e Outubro de 2009). Além disso, termino com um pequeno posfácio que tem em conta ainda, designadamente, as implicações disto para as presidenciais de 2011, cuja pré-campanha já começou efectivamente com o pré-anúncio da candidatura de Manuel Alegre.

CLAREZA DAS ALTERNATIVAS E QUALIDADE DA DEMOCRACIA

Numa democracia, o grau de polarização ideológica entre os partidos tanto pode ser um elemento positivo como negativo. Se as distâncias forem demasiado grandes isso não só pode obviar ao consenso mínimo necessário à estabilização da democracia, mas também pode obviar a que haja níveis mínimos de cooperação entre as “partes”/partidos que são indispensáveis. Ou seja, demasiada polarização pode levar ao colapso da democracia. Porém, dentro de certos limites, a diferenciação ideológica é um factor estruturante para o funcionamento adequado de um regime democrático.

Há várias definições do que é um regime democrático representativo, mas uma delas aponta para um regime político em que o poder não é exercido directamente pelo povo mas em sua representação e, em princípio, de acordo com as preferências populares. As eleições são, por isso, o mecanismo mais importante, embora não o único, para o funcionamento adequado das funções de

representação e de responsabilização numa democracia. É aqui que entra o papel positivo e estruturante da polarização: a existência de projectos políticos ideologicamente diferenciados é um elemento indispensável para que os eleitores possam fazer escolhas conscientes, responsáveis e com significado. Além disso, tal diferenciação é importante para que, após o exercício do poder, os eleitores possam responsabilizar os governantes.

No quadro 1 apresenta-se a polarização ideológica em vários países da Europa medida através do posicionamento ideológico médio na escala esquerda-direita (1-10) dos dois maiores partidos em cada país (um de cada área ideológica), de acordo com as percepções dos eleitores (amostras representativas). Verifica-se que, primeiro, Portugal está entre o grupo de países onde a polarização é mais baixa. Segundo, tal deve-se em larga medida ao facto de termos um dos partidos socialistas menos alinhado à esquerda. A baixa polarização em Portugal deve-se também, embora em menor medida, ao facto de o PSD ser um dos partidos menos à direita da sua família política (os liberais e conservadores que integram, geralmente, o PPE). Note-se que estes dados são recorrentes pelo menos desde finais dos anos 1980.⁴

Há várias razões para a fraca ancoragem do PS na ala esquerda do espectro ideológico e para a baixa polarização ideológica em Portugal.⁵ Primeiro, a “esquerdização da política” na transição para a democracia levou a uma certa indiferenciação ideológica genética entre os “partidos burgueses”. Segundo, a fraca ligação do PS

FIGURA 1: POSICIONAMENTO DOS PARTIDOS PORTUGUESES NO EIXO ESQUERDA-DIREITA, 1978-2009, DE ACORDO COM AS PERCEPÇÕES DOS ELEITORES (AMOSTRAS REPRESENTATIVAS).⁶
(1 - Esquerda | Direita - 10)

QUADRO 1: POLARIZAÇÃO IDEOLÓGICA NA EUROPA, 2004
(SEGUNDO AS PERCEPÇÕES DOS ELEITORES)

PAÍSES	Maior partido de esquerda	Posição Média	Maior partido de direita	Posição Média (B)	Distância: [A - B]
Chipre	AKEL	2,57	DISI	8,99	6,42
Itália	DS	3,56	FI	8,23	4,67
Espanha	PSOE	4,10	PP	8,40	4,30
Rep. Checa	CSSD	4,45	ODS	8,72	4,27
Hungria	MSZP	3,86	FIDESZ	7,96	4,10
Polónia	SLD	2,82	PO	6,98	4,16
Suécia	SAP	4,60	MSP	8,50	3,90
Letónia	TSP	3,47	JL	7,46	3,99
Holanda	PVDA	4,41	VVD	7,73	3,32
França	PSF	4,19	UMP	7,32	3,13
Grécia	PASOK	5,71	ND	7,98	2,27
Alemanha	SPD	4,61	CDU/CSU	6,91	2,30
Dinamarca	SD	5,36	V	7,75	2,39
Áustria	SPÖ	4,41	ÖVP	6,71	2,30
Luxemburgo	LSAP	5,33	CSV	7,35	2,02
Portugal	PS	5,31	PSD	7,26	1,95
G. Bretanha	New Labour	5,18	C	6,75	1,57
Estónia	Kesk	4,81	ResP	5,47	0,66
Eslováquia	Smer	4,46	HZDS	4,92	0,46

Fonte: dados elaborados pelo autor a partir do European Election Study, 2004.

Nota: A escala usada pelos eleitores para posicionar os partidos vai de 1, Esquerda, a 10, Direita.

1978				
PCP	PS	PSD	CDS	
(2,3)	(4,6)	(6,9)	(7,9)	
1985				
PCP	PS	PSD	CDS	
(2,1)	(5,0)	(6,8)	(8,0)	
1989				
CDU	PS	PSD	CDS	
(1,7)	(4,8)	(7,2)	(8,7)	
1999				
PCP	PS	PSD	CDS	
(2,0)	(4,7)	(6,9)	(8,2)	
2002				
BE	PCP	PS	PSD	CDS
(2,6)	(2,7)	(5,2)	(7,6)	(8,0)
2005				
BE	PCP	PS	PSD	CDS
(2,6)	(2,9)	(5,3)	(7,3)	(7,4)
2009				
PCP	BE	PS	PSD	CDS
(2,5)	(2,6)	(5,5)	(7,5)	(7,7)

ao mundo do trabalho (por via do sindicalismo). Terceiro, o “enviesamento para a direita do sistema partidário português”. Ou seja, historicamente, em termos do governo nacional, as esquerdas portuguesas nunca foram capazes de cooperar para a formação de uma solução de “esquerda plural” e, por isso, quando governou sem maioria absoluta o PS exerceu em minoria (1976-1978 e 1995-2002) ou aliou-se à direita (ao CDS, 1978-1979, ou ao PSD, 1983-1985).

Na anterior legislatura (X), muitos têm considerado que o PS inflectiu para o “centro do centro” num grau nunca antes visto e daí a crise estrutural no PSD. Há vários indicadores de tal inflexão.⁷ Em termos de governação há dois traços fundamentais que evidenciam tal inflexão. Por exemplo, o braço de ferro com os professores e os ataques reiterados aos sindicatos contradiziam o valor do diálogo social e o objectivo, vertido no programa eleitoral de 2005, de envolver os professores nas reformas. A aposta nas qualificações, vertida no programa de 2005 e pedra de toque dos valores socialistas, quadrava mal com o brutal desinvestimento no ensino superior. Último exemplo: algumas das alterações ao Código do Trabalho contradiziam o que o PS tinha dito, designadamente em 2005, e o ideário de reequilibrar as relações capital-trabalho. Mais, uma pesquisa jornalística realizada no Verão passado revelou que o PSD (61 por cento) e o CDS-PP (52 por cento), ao contrário da esquerda (BE e PCP: 44 e 38 por cento), aprovaram a maioria das “276 leis e iniciativas socialistas” apresentadas entre Março de 2005 e meados de Maio de 2009 (Helena Pereira, SOL, 16/5/2009). Claro que há vários diplomas importantes que ficaram de fora, mas é claro que tem havido uma convergência preferencial e pre-

**OS MAIS BEM SUCEDIDOS SÃO OS QUE CONHECERAM UMA SIGNIFICATIVA
EVOLUÇÃO IDEOLÓGICA E ESTRATÉGICA: SUPERARAM O DOGMATISMO
E TÊM QUADROS CARISMÁTICOS E PRAGMÁTICOS QUE SE CENTRAM
EM TÓPICOS DE CAMPANHA ESPECÍFICOS E CONJUGAM A SUA ACÇÃO
INSTITUCIONAL COM A LUTA EXTRAPARLAMENTAR**

dominante entre o PS e os partidos à sua direita, cujo apoio não era aliás necessário tendo em conta a maioria absoluta.⁸

O eleitorado percebeu a inflexão ideológica do PS (ver Figura 1): dados do *European Election Study*, baseados em amostras representativas, revelam que, para os portugueses, em média, o posicionamento ideológico do PS passou de 4,7, em 1999, para 5,5, em 2009 (na escala usada, isto é, de 1, esquerda, a 10, direita, 5,5 é precisamente o centro). Mas o eleitorado também rejeitou tal reposicionamento: dando a maioria mais curta ao vencedor (nas legislativas) desde 1987, e o maior apoio à esquerda radical (com representação parlamentar) desde 1985. Sócrates já percebeu isto muito bem logo a seguir às europeias de Junho de 2009 e, depois de reeleito em Setembro de 2009, começou a arrear caminho. Portanto, a estratégia da governação musculada e do centrismo ideológico foram claramente derrotadas em 2009.

**A PLURALIDADE DAS ESQUERDAS
E O EXERCÍCIO DO PODER:
EXPERIÊNCIAS EUROPEIAS**

Como disse, uma das explicações para o “enviesamento

do sistema partidário português para a direita” é a falta de cooperação entre as esquerdas. Até porque, na Europa, as experiências de cooperação são múltiplas e variadas.

Num estudo recente sobre o “esquerdismo” (*“far left”*) na Europa após a guerra fria⁹, o politólogo Luke March faz uma análise exaustiva deste e de outros temas. Em primeiro lugar, registou que, com a queda do muro de Berlim e o colapso do socialismo soviético, as correntes esquerdistas europeias têm mudado bastante. Continuam bastante diversas, mas algumas renovaram-se bastante e, no conjunto, apresentam graus de sucesso diferenciados.

Em segundo lugar, Luke March define os partidos esquerdistas (*“far left”*) como aqueles que se definem a si mesmos como estando “para a esquerda”, e não apenas “à esquerda”, dos social-democratas, os quais consideram não serem suficientemente de esquerda ou serem sequer de esquerda. E separa-os em duas grandes categorias. Primeiro, os “partidos da esquerda radical” (onde inclui nomeadamente o “Bloco de Esquerda” português): defendem mudanças radicais no sistema capitalista. Embora muitas vezes designados por “extremistas” pelos

seus opositores, aceitam a democracia, embora combinem tal aceitação com aspirações “muitas vezes vagas” no sentido da democracia participativa. O seu “anti-capitalismo” envolve fundamentalmente uma oposição à globalização neoliberal associada ao “consenso de Washington” (liberalização do comércio, mercadorização da sociedade, privatizações, etc.), mas já não defendem uma economia planificada, antes uma economia mista. A esmagadora maioria inclui-se neste grupo: 18 em 24 partidos da UE, Islândia e Noruega. Segundo, os “partidos da extrema-esquerda” (6 em 24) são aqueles que têm maior hostilidade à democracia liberal, renunciam usualmente a qualquer compromisso com os “partidos burgueses”, incluindo os social-democratas, enfatizam as lutas extra-parlamentares e o seu “anti-capitalismo” é bastante mais profundo do que o do grupo anterior (as lógicas de mercado são um anátema) (Luke March inclui o PCP neste grupo).

Em terceiro lugar, conclui que, apesar da sua subrepresentação no leste, a maioria dos países têm partidos esquerdistas cuja *performance* têm estabilizado ou crescido desde os anos 1980. Os mais bem sucedidos são os que conheceram uma significativa evolução ideológica e estratégica: superaram o dogmatismo e têm quadros carismáticos e pragmáticos que se centram em tópicos de campanha específicos e conjugam a sua acção institucional com a luta extraparlamentar. Os mais bem sucedidos, nomeadamente os chamados “socialistas democráticos” (do grupo dos “partidos da esquerda radical”), promovem uma agenda “eco-socialista” e tentam influenciar os social-democratas pela esquerda, nomeadamente participando em (ou apoiando) governos. E se é verdade que há alguma erosão resultante dessa participação, segundo

o estudo de Luke March, ela não é na maioria dos casos significativa e, sobretudo, “tais perdas não são piores do que aquelas que ocorrem quando estão na oposição”. Vejamos alguns casos concretos de cooperação entre as esquerdas para o exercício do poder governativo ao nível nacional.

– Em França, a cooperação entre a extrema-esquerda (PCF, MRG, “verdes”, etc.) e o PSF para a formação de soluções de governo começou com a chegada de François Mitterrand à presidência da República e, subsequentemente, com as chamadas “eleições da alternância”, em 1981, quando a esquerda chegou pela primeira vez ao poder na V República. A última experiência foi o governo da “esquerda plural” (PSF, PCF, MDC, MRG, “verdes”), 1997-2002, liderado por Lionel Jospin.¹⁰

– Em Itália, depois do colapso do sistema partidário do após guerra, em 1994, e da sua refundação, a qual coincidiu com a adopção de um novo sistema eleitoral (“misto” de pendor maioritário), os partidos passaram a competir e a alternar no governo em blocos (esquerda *versus* direita). O bloco da esquerda tem incluído desde as forças da extrema-esquerda, como a *Rifondazione Comunista*, aos vários sucedâneos do PCI, tais como os *Democratici di Sinistra* (DS), *recentemente reconvertido em Partito Democratico*, além de outros partidos mais centristas).¹¹ O sistema eleitoral incentiva a cooperação, embora em menor medida do que no caso francês. Porém, a enorme fragmentação do sistema partidário torna as coligações mais difíceis de gerir.

– Em Espanha, já tínhamos tido uma coligação pré-eleitoral, em 2000, entre o PSOE e a *Izquierda Unida*, que só não chegou a ser uma solução de governo porque perdeu as eleições.¹² Mais recentemente, entre 2004 e

2008, o governo minoritário do PSOE governou com o apoio da *Izquierda Unida* e da Esquerda Republicana da Catalunha (acordo de incidência parlamentar).

– Na Alemanha, há uma longa experiência de cooperação entre os “verdes” e o SPD, nomeadamente nos governos nacionais liderados por Gerard Schröder (1998-2006). Recorde-se, porém, que a passagem dos “verdes”/B90 ao governo não se fez sem uma dolorosa clarificação no seio do partido.¹³ A estratégia do “novo centro”, de Schröder, desencadeou depois uma cisão da ala esquerda do SPD que se fundiu com os ex-comunistas do PDS no *Die Linke*. Segundo vários testemunhos que pude ouvir, a grande coligação (CDU/CSU-SPD) que governou a Alemanha entre 2005 e 2009 derivava mais da dificuldade do SPD em se coligar (logo) com um partido liderado por um seu antigo secretário-geral, *Oskar Lafontaine*, bem como da dificuldade do SPD em fazer alianças com os ex-comunistas do PDS, que perseguiram os sociais-democratas nos tempos da RDA... , do que das divergências políticas propriamente ditas, embora estas sejam sem dúvida significativas. No futuro, estas tenderão a ser limadas pela propensão ao compromisso: o *Die Linke* tem já acordos com o SPD (e os Verdes) no Estado de *Hessen* e na cidade de Berlim. Mais, a imprensa deu conta que o SPD decidiu já formalmente em congresso que vai cooperar com o *Die Linke* para a formação de governos ao nível estadual.¹⁴

– Na Escandinávia metropolitana (Dinamarca, Noruega e Suécia), onde os sociais-democratas têm sido a força dominante durante décadas e apenas com algumas interrupções, a experiência dos governos minoritários é predominante. Porém, muitíssimas vezes os social-democratas (SD e SAP, respectivamente na Dinamarca e

Suécia), apesar de governarem em minoria, têm constituído acordos de incidência parlamentar com a extrema-esquerda (com o Partido Liberal Radical/RV e o Partido Socialista Popular/SF, na Dinamarca, e com o Partido de Esquerda/VP, o Partido da Esquerda Comunista/VPK e os verdes/MP, na Suécia).¹⁵

NOTAS CONCLUSIVAS

Em Portugal, muitos dos que são críticos da cooperação entre as várias esquerdas apressam-se a referir as experiências mal sucedidas, sobretudo um suposto esvaziamento dos esquerdistas após o governo. Porém, como vimos, este tipo de argumento não resiste a uma análise um pouco mais fina. Agora, uma coisa é certa, as opções estratégicas que os partidos tomam comportam sempre riscos, mas isso é algo que faz parte intrínseca da vida.

No nosso país, quando se fala de cooperação entre as esquerdas, geralmente as várias forças acusam-se mutuamente. Para justificarem a quase impossibilidade de entendimentos, os socialistas acusam as forças à sua esquerda de sectarismo e de fazerem do PS o seu principal adversário. Por seu lado, também para justificarem a quase impossibilidade de entendimentos, os bloquistas e os comunistas acusam o PS de executar políticas de direita e daí o obstáculo quase intransponível para se firmarem acordos.

A verdade é que, do meu ponto de vista, todos precisam de fazer o seu papel numa eventual aproximação. Ou seja, como de forma concisa e precisa referiu Manuel Alegre, é necessária uma “dupla ruptura”. Os socialistas precisam de reconhecer que, se se aproximassem mais dos partidos à sua esquerda, e não dos partidos à sua

direita, como têm efectivamente feito, poderiam formar um bloco político (e social) mais forte no combate às desigualdades sociais, em geral, e à direita social e política, em particular. As forças que se situam à esquerda dos socialistas precisam não só de ultrapassar algum do seu sectarismo e da sua cultura de contra-poder, mas também de perceber que, primeiro, o seu principal adversário não pode ser o PS e, segundo, se deixassem a porta entreaberta para possíveis entendimentos (sob determinadas condições, claro) não só poderiam capitalizar mais nas urnas como poderiam também ganhar maior credibilidade entre os portugueses e uma maior capacidade de influência na política portuguesa, nomeadamente para corrigir o “enviesamento do sistema partidário para a direita”. E com uma maior clarificação ideológica ganharia também a qualidade da democracia portuguesa.

Na *Visão* (12/6/2008), José C. de Vasconcelos definiu como condições mínimas para um entendimento a “humildade democrática” e a vontade política: os partidos pequenos deviam compreender que, dada a sua dimensão, não poderiam ser eles a determinar as grandes linhas de força do programa de governo; o PS teria de perceber que teria fazer significativas cedências aos pequenos. Capitalizar com o descontentamento popular é fácil, mais difícil é converter os anseios populares em mudanças políticas. Em 2009, nomeadamente nas legislativas de Setembro desse ano, estará em jogo saber se, caso o eleitorado retirasse a maioria absoluta ao PS e reforçasse significativamente as forças à sua esquerda, as várias esquerdas estariam ou não à altura das suas responsabilidades. Uma coisa era certa, a conjuntura de crise que vivíamos (e ainda vivemos) era (é), simultaneamente, um grave problema e uma janela de oportu-

nidades para acabar com o “consenso neoliberal” rumo a sociedades mais solidárias, democráticas e prósperas. Mas tal dependerá sempre das soluções que as várias forças políticas, nomeadamente as esquerdas, forem capazes de apresentar e de implementar (caso sejam escolhidas pelos eleitorados).

POSFÁCIO: PLUS ÇA CHANGE

As eleições legislativas de 2009 trouxeram várias novidades à política portuguesa, eventualmente até inaugurando uma mudança do ciclo iniciado em 1987. A eleição de 1987 foi um ponto de viragem na democracia portuguesa. Após anos de instabilidade governativa, falta de entendimento entre os partidos para soluções de governo minimamente estáveis, de 1987 até 2005 os eleitores responderam com uma concentração de votos nos dois maiores: o voto conjunto do PS e do PSD variou entre um mínimo de 72,7 por cento, em 1987, e um máximo de 79,7, em 1991. Pelo contrário, nas últimas legislativas os votos nestes dois partidos somados quedaram-se por 65,7 por cento, a mais baixa percentagem desde 1987. Além disso, as eleições do penúltimo domingo ficaram marcadas pela vitória mais curta do partido vencedor (36,6 por cento) desde 1987 (a segunda mais baixa tinha sido em 2002: 40,2 por cento).

Há dois elementos especialmente relevantes nestes dados. Primeiro, os portugueses estão cansados do bipartidarismo que marcou a política nacional desde 1987. Segundo, estão cansados da governação baseada em maiorias absolutas monopartidárias e, por isso, deram ao PS a mais pequena maioria relativa desde 1987. Este último elemento exige grande sentido de responsabilidade do vencedor, que agora é obrigado a negociar sempre

com a oposição para aprovar legislação e, consequentemente, a incorporar mais o contributo das minorias no processo de tomada de decisão. Mas as exigências que esta situação coloca aos partidos da oposição, especialmente àqueles que historicamente têm sido mais resistentes à ideia da “cooperação conflitual” (como lhe chamou Camilo Mortágua), são também bastante mais elevadas. O modelo da “democracia consociativa”, do qual nos afastámos entre 1987 e 2005, é mais inclusivo; porém, para funcionar exige das minorias uma atitude compromissória que tem faltado na política portuguesa, sobretudo à esquerda.

Por um lado, aritmeticamente há várias maiorias possíveis no parlamento (PS e PSD; PS e CDS; PS e BE e CDU; etc.). Por outro lado, havia várias soluções de governos possíveis. Primeiro, a solução minoritária, com negociações *ad-hoc* consoante os dossiês, é a que tem maior instabilidade potencial e, como é sabido, foi a escolhida... Segundo, uma coligação teria sido a opção potencialmente mais estável mas é a menos exequível, com a direita ou com a esquerda radical. Terceiro, a solução mais exequível, menos custosa para os pequenos partidos (porque os responsabilizaria menos), e com maior potencialidade de estabilidade do que a opção minoritária seria a do acordo de incidência parlamentar o qual, embora pudesse não incluir todas as matérias, deveria incluir um vasto conjunto de matérias, não se confundindo assim com a negociação *ad-hoc*.

Como já dissemos, sabemos hoje que se optou pela primeira solução de governo (minoritário), com os resultados que já começam a ficar à vista de todos... Uma coisa é certa, seja no caso da formação do governo, logo a seguir às eleições legislativas de 2009, seja para a

aprovação do orçamento de Estado de 2010 (que ainda decorre quando escrevo este artigo, mas que será muito provavelmente aprovado com o apoio – abstenção – do PSD e do CDS-PP), o governo socialista convidou todos os partidos para negociar eventuais compromissos de maior ou menor alcance temporal. Sempre a esquerda radical (BE e PCP-PEV/CDU) recusou chegar a um compromisso com o PS, reeleito como partido vencedor pelo povo nas legislativas de 2009. Mas o que é verdadeiramente grave é que essa recusa foi aparentemente um ponto de partida e não um ponto de chegada, nomeadamente porque a esquerda radical foi incapaz de dizer com clareza e transparência ao povo português qual era o caderno de encargos que exigia (se é que tinha algum caderno de encargos que quisesse apresentar como conjunto de exigências para cooperar com o governo socialista) para poder fazer um compromisso de legislatura (para a formação do governo) ou para aprovar o orçamento (nem que fosse com a abstenção conjunta de BE e PCP-PEV/CDU). *Plus ça change*.

A solução de um governo minoritário mas apoiado num acordo de incidência parlamentar com os dois partidos situados à esquerda do PS era aquela que era, primeiro, mais congruente com os resultados eleitorais e, segundo, mais congruente com a vontade dos eleitorais de cada um dos partidos. Quanto ao primeiro ponto cabe notar que o conjunto dos partidos parlamentares de esquerda (PS, BE e CDU) tem mais votos (833814 sufrágios correspondentes a mais 14,74 por cento) e lugares (30) no parlamento do que o conjunto dos partidos de direita (PSD e CDS). Além disso, se é verdade que, entre 2005 e 2009, a esquerda no seu conjunto perdeu cerca de 341829 votos e a direita ganhou cerca de 168169,

também é verdade que estas flutuações foram sobretudo fruto da hemorragia no campo socialista e que a esquerda radical (BE e CDU) ganhou mais votos (204923) do que o bloco de direita (168169).

Quanto ao segundo ponto, as sondagens da Católica podem ajudar-nos. No barómetro publicado a 17 de Setembro, os inquiridos foram questionados sobre “cenários pós eleitorais mais desejáveis para o país”. A resposta tem 7 categorias contando com o “não sabe” e o “recusa responder”. Entre o eleitorado do PS, a solução mais desejada é a do governo minoritário (39 por cento), seguida de uma “coligação” com o BE (22 por cento) ou com a CDU (13 por cento). Note-se que, qualquer uma destas duas últimas soluções, sobretudo se somadas (35 por cento), está a grande distância de uma “coligação com o PSD” (10 por cento) ou com o CDS (3 por cento). Como, em qualquer caso, para sobreviver e aprovar legislação, o PS precisa do apoio de outros partidos, o que estes dados revelam é que o eleitorado socialista prefere claramente entendimentos à esquerda. No caso dos eleitorados do BE (47 por cento) e da CDU (46 por cento), a categoria mais frequentada, a longa distância de qualquer uma das restantes, é a de uma “coligação com o PS”. Por isso é que, no texto da iniciativa cidadã de que fui um dos subscritores, “Compromisso à Esquerda”, se falava num desfazamento entre os eleitores dos partidos de esquerda (que desejam um entendimento entre os seus partidos respectivos) e os dirigentes destes mesmos partidos (que há mais de 30 anos persistem no desentendimento). Aliás, outro indicador deste mesmo desfazamento foi a adesão espontânea que tal iniciativa recolheu não só entre as elites profissionais, académicas, artísticas e sindicais do país (a comissão promotora con-

ta com cerca de 150 personalidades), mas também no público em geral (às 15h de 4/10/2009 já contávamos com cerca de 850 assinaturas).

Há distâncias significativas entre as propostas políticas dos três partidos e, por isso, o compromisso não era fácil? Com certeza, ninguém o negava. Porém, a exemplo do que se passa (com maior ou menor sucesso...) há muito tempo em vários países da Europa ocidental, sobretudo desde 1989, tudo isso teria muito provavelmente sido superável se houvesse da parte dos partidos de esquerda a atitude compromissória necessária para chegarem a acordo, naturalmente no respeito pela dimensão relativa de cada um dos partidos (uma regra básica da democracia). As escolhas das elites partidárias não foram, porém, congruentes com as significativas escolhas dos eleitores. A incomunicabilidade das esquerdas persiste, pois, como um dado perene da política portuguesa há mais de 30 anos a esta parte... E alimenta uma incongruência entre eleitores e eleitos nesse quadrante ideológico que é hoje uma fonte de problemas para a qualidade da representação política em Portugal (na medida em que a congruência entre eleitores e eleitos é, precisamente, um elemento chave da qualidade da democracia).¹⁶

Mais: numa situação de maioria relativa, o Presidente da República tem grande relevo na construção de consensos interpartidários. Cavaco é capaz de os estimular quando quer, pelo menos do PS para a direita. Resta saber se, caso fosse reeleito, estaria disponível para continuar a fazê-lo... provavelmente não e é por isso que Sócrates sabe que a sua vida política pode ficar em risco com a vitória de Cavaco... Do novel pré-candidato presidencial Manuel Alegre podemos esperar que o estímulo a entendimentos abranja todo o espectro partidário.

Mas este trunfo poderá ser também outro calcanhar de Aquiles: se a esquerda continuar a revelar-se incapaz de se entender em matérias fundamentais... A bola está também neste campo, portanto. O combate presidencial, esse, será decisivo para todos. Vejamos se, mais uma vez, a esquerda radical fica aquém das suas responsabilidades, ou não...

NOTAS

¹ Embora numa versão revista e aumentada, retomo aqui dois artigos que publiquei anteriormente: “Esquerda plural e clareza das alternativas”, *Le Monde Diplomatique*, Janeiro/2009; “O esquerdismo na Europa após a guerra fria”, *Público*, 19/1/2009. Agradeço aos directores desses jornais a permissão para retomar aqui esse material.

² Politólogo, professor do ISCTE e investigador do CIES-ISCTE.

³ Luke March: *Contemporary Far Left Parties in Europe. From Marxism to the Mainstream?*, Fundação Friedrich Ebert, 11/2008.

⁴ André Freire, *Esquerda e direita na política europeia – Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

⁵ André Freire, *Esquerda e direita na política europeia*, op. cit., pp. 298-306.

⁶ Várias fontes foram usadas: diversos inquéritos citados em Freire, André (2009), «Mudança do sistema partidário em Portugal, 1974-2009: o papel dos factores políticos, sociais e ideológicos», in Maria Antonieta Cruz (organizadora), *Eleições e sistemas eleitorais: perspectivas históricas e políticas*, Porto, Universidade do Porto Editorial, pp. 215-261; *European Election Study 2009* (para 2009).

⁷ André Freire, “Do reformismo à resignação? Uma análise de (quase) dois anos de governo do PS”, *Crónicas Políticas Heterodoxas*, Lisboa, Sextante, 2007, pp. 139-157. Ver ainda André Freire, “Prioridades Políticas I e II”,

Público, 19/11 e 3/12 de 2007, e “Desigualdades sociais e governação socialista”, *Público*, 9/6/2008.

⁸ Dados compilados até ao final da terceira sessão legislativa da X Legislatura, apontavam já neste mesmo sentido: Susete Francisco, *Diário de Notícias*, 29/7/2008, p. 16.

⁹ Luke March, *Contemporary Far Left Parties in Europe*. *op. cit.*

¹⁰ Alan Siaroff, *Comparative European Party Systems*, New York, Garland, 2000, pp. 250-263.

¹¹ Alan Siaroff, *op. cit.*, pp. 309-321.

¹² Gabriel Almond et al, *European Politics Today*, New York, Longman, 2006, pp. 246-299, especialmente 259 e 284.

¹³ Gabriel Almond et al, *op. cit.*, pp. 190-245.

¹⁴ *Público*, 23/12/2008.

¹⁵ Note-se que, na Dinamarca, a experiência da coligação formal (ainda que minoritária) tem também alguma expressão. Ver Alan Siaroff, *op. cit.*, pp. 226-233, 367-373 e 437-444; e David Arter, *Democracy in Scandinavia – Consensual, Majoritarian or Mixed?*, Manchester, Manchester University Press, 2006, pp. 86-108.

¹⁶ Ver: Freire, André, e Meirinho, Manuel (2009), “Reforma institucional em Portugal: a perspectiva dos deputados e dos eleitores”, in Freire, André e José Manuel Leite Viegas (organizadores), *Representação Política. O Caso Português em Perspectiva Comparada*, Lisboa, Sextante, pp. 341-374.